BOLETIM INFORMATIVO DO COLETIVO NACIONAL DOS ELETRICITÁRIOS

PLANO DIRETOR DE NEGÓCIOS E GESTÃO DA ELETROBRAS - PDNG 20-24

Transparência e ética não é para qualquer Gestor!

Segundo informações obtidas pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários - CNE, a diretoria da Eletrobras, sob a coordenação do Presidente Wilson Pinto Junior, não aprovou, e principalmente não divulgou, o PDNG 20-24 no final do anopassado conforme determina o art. 37 da Lei 8945/16, fato esse muito negativo.

Entendemos que o descumprimento da Lei tem como objetivo dar sustentação ao falso discurso do presidente da empresa, do Ministro de Minas e Energia, do Ministério da Economia e do Secretario de Desestatização Salim Matar que, contra todas as evidências, insistem em afirmar que a Eletrobras não tem capacidade financeira para realizar investimentos.

O mais agravante nisso tudo é que, segundo as fontes, enquanto não divulga o que deve por lei, Wilson Pinto Junior tenta impor às empresas da Eletrobras a aprovação de um plano de investimento rebaixado. Há informações de que as subsidiárias estão sendo pressionadas pela diretoria da Eletrobras para refazerem novas projeções, para reduzirem o nível de investimento projetado, de forma a respaldar o discurso de incapacidade de investimento, não se preocupando com gestão pública responsável, com as penalidades e consequências que a empresa pode vir a enfrentar.

Apesar da pressão constante, há resistência, principalmente do corpo técnico das empresas Eletrobras, em não pactuar com essa farsa.A redução de investimento ignora totalmente a boa capacidade financeira das empresas Eletrobras, com baixo nível de endividamento e grande oferta de recursos a juros baixos.

A Eletrobras encerrou o 3º trimestre de 2019 com um lucro de R$ 7,6 bilhões, uma Dívida Líquida de 1.8 (Dívida Líquida é o indicador que mensura o grau de endividamento das companhias em relação ao seu patrimônio, o mercado trabalha com um índice médio de 3.0, mas aceita índices mais elevados de empresas públicas, porque não quebram igual às privadas e possuem garantia da União) e um caixa de R$ 12,7 bilhões.

Além disso, conforme divulgado pela própria empresa em informe ao mercado, a Eletrobras recebeu em dezembro/2019 R$ 3,7 bilhões referente ao aumento de capital e recebeu oferta de US$ 7 bilhões de dólares para uma captação de US$ 1.12 bilhões de dólares realizada em fevereiro de 2020.

Por último, a Eletrobras recebeu no último dia 05 de março a certificação de Green Bond, o que facilita ainda mais o acesso ao crédito do mercado para financiar projetos e ativos que tenham benefícios ambientais e/ou climáticos, como eficiência energética em edifícios, energia limpa, transporte com baixa emissão de carbono, manejo de resíduos, entre outros.
Enfim, a elevada oferta de crédito e também alto nível de caixa do Sistema Eletrobras, angariada ao longo dos últimos anos, notadamente da Holding, turbinada pelas duas recentes operações de mercado (aumento de capital pela capitalização de recursos da União com acompanhamento de minoritários e rolagem de bônus no exterior), credencia a Eletrobras a ser protagonista na retomada dos investimentos no Brasil, ainda mais neste momento de grave crise econômica.

Angra 3

Outra informação importante é que o BNDES foi contratado pela Eletronuclear para criar uma modelagem para que a empresa consiga concluir a obra da usina de Angra 3. Porém, isto configura um conflito de interesses, pois o BNDES possui uma dívida de R$ 3,5 bilhões com a Eletronuclear e irá coordenar o processo da privatização da Eletrobras, caso haja autorização do Congresso Nacional.
Em relação à modelagem, o BNDES propôs um modelo que facilita a implementação da privatização da Eletrobras, ou seja, um modelo que tira a Eletronuclear da Eletrobras (uma vez que não pode ser privatizada) de uma maneira mais fácil e ágil, sem se importar com o prazo de conclusão da obra de Angra 3, que deveria ser o objetivo principal. Este modelo indicado pelo BNDES é o mais complexo de todos para a conclusão da obra.
Os modelos que priorizam a conclusão da usina tendem a dificultar a privatização da Eletrobras, tanto pela complexidade para realização da cisão da Eletronuclear com a Eletrobras, quanto pelo maior risco para realização de um projeto tão grande em uma empresa com uma base de ativos menor.

Próximos Passos

Vamos acompanhar os próximos passos da direção da Eletrobras, notadamente sobre sua a operacionalidade, em função da redução drástica do orçamento de custeio, especialmente do quadro de pessoal capacitado que, consequentemente, afetará a operação e manutenção de todos os processos técnicos e administrativo-financeiros. Atrasos; multas; penalidades diversas; ressalvas, ênfases e destaques sobre Demonstrações Financeiras; observações quanto a arquivamentos de documentos legais; entre outros, não serão perdoados pelo quadro de empregados e suas representações, visto a notória troca da realização de diversos serviços por trabalhadores terceirizados, muitos dos quais sem a expertise necessária do complexo Setor Elétrico Brasileiro – SEB.
Vamos ficar de olho também nos impropérios e ilegalidades do presidente Wilson Pinto Junior, em suas viagens, em suas andanças pelo “mercado” e pelo Congresso Nacional, pois não cabe a ele, como administrador público, “vender” a Eletrobras. Nem dono dela ele é! Ele deve seguir os princípios e as leis que regem a administração pública. Ademais, não pode ele (nem mesmo o Governo) vender o que é “invendável”, já que a venda da Eletrobras é proibida por lei.
Vamos investigar e expor contratações com finalidades que não façam parte das atribuições da empresa.
A única coisa que um bom e honesto administrador de empresa estatal como a Eletrobras pode falar é: “Hoje a Eletrobras não está à venda, pois sua venda é proibida por lei”. Então, oferecer a privatização da Eletrobras é ilegal! Oferecer a venda da Eletrobras ao investidor de mercado pode ser considerado crime financeiro e também é estelionato, pois não se pode vender aquilo que não se pode entregar, principalmente a preço de banana como vem fazendo o senhor Pinto Junior.